

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Nesta minha primeira intervenção neste nosso Parlamento, faço votos para que nesta legislatura se compreenda as necessidades e se encontre as soluções que possam conduzir a nossa Região ao sucesso.

Felicito o senhor Engenheiro Luís Neto Viveiros, pessoa da qual espero um grande desempenho à frente dos destinos da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, tendo em conta o que tem demonstrado ao longo dos anos enquanto técnico

qualificado ligado à área da agricultura e da agropecuária.

É óbvio que muito se fez, nestes últimos anos, neste sector. Tive, aliás, a oportunidade de comprová-lo, no desempenho da minha vida profissional.

Construíram-se caminhos agrícolas, redes de abastecimento de água e de eletricidade, modernizou-se muitas explorações. Enfim, parece estar tudo bem. Mas, no entanto, e é natural que assim seja, há um longo caminho a percorrer.

Mas, e da nossa parte, quero desde já afirmar que o Governo dos Açores não vai estar sozinho neste embate – no embate de resolver os problemas que afligem a agropecuária Açoriana.

Estamos todos cientes da importância do trabalho desenvolvido pelas cooperativas agrícolas em toda a nossa Região. Mas também estamos todos a par do estado débil das suas finanças. Há que fazer algo que permita ao sector cooperativo continuar a desenvolver a sua importante ação junto dos agricultores açorianos.

Há melhorias a concretizar em diversas áreas no que concerne os serviços de apoio aos nossos agricultores. Uma das áreas que merece esta atenção é, sem dúvida, a que diz respeito ao

Estatuto Sanitário dos Açores.

Estamos atualmente, na maioria das nossas ilhas, com o estatuto B3. Mas devemos ambicionar por um estatuto B4, em todas as ilhas.

Ainda ligado a esta questão do Estatuto Sanitário, há que ter em conta as doenças da produção, tais como a IBR, BVD e Neospóro, que prejudicam o ranking do nosso estatuto.

Os lavradores e os seus representantes precisam de saber com o que podem contar. Precisam de saber se o Governo tem ou não os meios financeiros para proceder à identificação e erradicação destas doenças.

Nestes últimos anos, tem-se verificado na Região os chamados **“anos atípicos”**.

O clima não tem sido favorável. Tem-nos trazido prejuízos à agricultura, deixando os agricultores sem saber até como prever as suas culturas para o ano seguinte.

O ano de 2012 foi exemplo disso. Em pleno mês de Maio, fortes enxurradas levaram todo o trabalho de sementeira, obrigando a mais despesas e atrasos nas culturas.

Ninguém tem culpa, ninguém controla o tempo que temos, é verdade; os serviços agrícolas compareceram, é verdade; a avaliação dos prejuízos foi justa, é verdade; houve trabalho conjunto das organizações de produtores com os serviços oficiais, também é verdade.

Como se os efeitos das enxurradas de Maio não chegassem, em Agosto o furacão Gordon acabou por deixar novamente a lavoura açoriana em desespero. Sim, desespero.

Para quem vive da terra, é um desespero não ter alimento para fornecer aos seus animais. E, como não podia deixar de ser, os reflexos que isto acarreta para o agricultor e para o seu agregado familiar.

Tal como aquando das enxurradas de Maio, em Agosto, após a passagem do furacão Gordon pelas nossas ilhas, também houve um bom trabalho de campo entre as organizações de produtores e os serviços do Governo Regional.

Foi publicada uma Portaria, no intuito de se avaliar os prejuízos e indemnizar os agricultores pelos prejuízos causados.

Os agricultores acreditaram que algo ia ser feito. E contribuírem na avaliação dos prejuízos. Mas, até

hoje, aguardam resposta. Até hoje, ainda não receberam um cêntimo de indemnização.

Quando irão receber as suas indemnizações? Há ou não, na verdade, possibilidades de o fazer?

E, já agora, para quando um seguro agrícola nos Açores? Não é assunto para hoje. Mas um dia vamos ter que debater ao pormenor esta questão, aqui no Parlamento, que tanto diz aos agricultores das nossas ilhas situadas em pleno Atlântico Norte.

Como se não bastassem as intempéries e os prejuízos que elas causaram à agricultura, eis que surge a 7 de Novembro passado, logo a seguir às eleições, um despacho assinado pelos anteriores Secretários responsáveis pelas áreas da agricultura

e economia, que estabelece a diminuição da quantidade do **gasóleo agrícola**.

Ou seja, com este despacho do Governo em fim de mandato, os agricultores viram, a dias da data limite para apresentarem as suas candidaturas, as quantidades de gasóleo bonificado diminuir em 5% no que concerne a máquinas agrícolas e em 10% no que diz respeito à área agrícola.

Lamentamos que o anterior governo tenha procedido do modo como procedeu.

O atual Governo tem aqui uma oportunidade para demonstrar que quer fazer diferente, que quer dialogar e respeitar os parceiros sociais. E até tem uma oportunidade para fazer o que foi feito em 2010. Perante a reivindicação das associações agrícolas, o

governo de então recuou na sua decisão. Hoje, uma medida neste sentido faria ainda mais sentido. Porque os agricultores enfrentam hoje uma crise económica e financeira em muito superior ao que se passava em 2010.

Um dos grandes cartazes de campanha que conduziu às eleições do passado dia 14 de Outubro, comum a todas as forças políticas concorrentes, foi a do incentivo à diversidade agrícola.

Todos concordamos que há que colmatar as importações de produtos que poderão ser produzidos nas nossas ilhas. Promovendo-se, assim, o emprego e a criação de riqueza.

Gostaríamos de, desde já, alertar o Governo para que no Plano e Orçamento para 2013 que vier

apresentar a esta Assembleia, tenha em conta as verbas suficientes que vão ao encontro daquilo que foi defendido na recente campanha eleitoral. Ou seja, vamos “comer o peixe que se apregoa”.

Disse.